



#SOMOSTODOSGUARANIKAIOWÁ: Sujeito, identidade e resistência em torno da temática indígena

André Cavalcante¹

1 PALAVRAS INICIAIS: DELIMITANDO AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO²

A relação entre indígenas e não-indígenas sempre foi conflitante, e olhando criticamente o passado é perceptível o quanto esses povos indígenas sofreram com a invasão do branco, catequese, escambo, violência, etc. Discutir sobre esses povos é refletir sobre a constituição da identidade brasileira e trazer à tona os sentidos que circulam sobre eles, que ainda, no senso comum, prevalece a imagem cristalizada e estereotipada sobre o que é ser índio³, sendo vistos como preguiçosos, não-civilizados ou o “bom selvagem”, ou seja, são tomados como sujeitos a-históricos.

Com esse apagamento e silenciamento dos indígenas como brasileiros, eles só reaparecem uma vez ou outra, nas grandes mídias, protestando, lutando pelos seus direitos, geralmente em disputa com ruralistas. Outro momento em que eles são lembrados, não de forma satisfatória, é no dia do índio, no qual se reforça estereótipos sobre ser índio. No decorrer das minhas pesquisas sobre a temática indígena, percebi que há, nas redes sociais, um espaço profícuo para discursividades em que esses sujeitos reaparecem, requerendo visibilidade e respeito a seus direitos. Além das funcionalidades tradicionais das redes sociais, reunir amigos que compartilham e curtem fotos, fazem comentários em publicações, divulgam eventos, etc, elas tornaram-se um lugar de movimentos políticos, cedendo espaço para a luta por ideais. Um exemplo recente disso foram os diversos

¹ Mestrando em Letras - UFPE/Neplev (acbs.cavalcante@gmail.com).

² Este trabalho é um recorte do meu projeto de iniciação científica **O Sujeito-Índio: Processos de identificação, sujeito de resistência e produção de discursos sobre a temática Guarani-Kaiowá**, com vigência de 2013 a 2014, financiado pelo CNPQ e orientado pela Profa. Dra. Evandra Grigoletto, docente da UFPE.

³ Aqui faço a distinção entre as palavras índio e indígena. A primeira está vinculada a uma formação discursiva (FD) da colonização, de sentidos estereotipados sobre o povos indígenas e de superioridade dos brancos em detrimentos aos grupos indígenas brasileiros. A outra nomenclatura está inscrita na FD indígena, representada por estes próprios povos, assim como os não-indígenas que estão filiados à luta deles. Na AD, a noção de FD é tomada como “o que pode e deve ser dito” em uma determinada conjuntura. Assim, as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma *formação discursiva* para outra.” (PÊCHEUX, 2007, p. 26)

protestos, ocorridos em junho de 2013, em diferentes cidades do Brasil, por diferentes causas, como o aumento das passagens de ônibus, a luta contra a homofobia, entre outras, que iniciaram nas redes sociais e partiram para as ruas. Entre esses movimentos sociais também circulou na rede os protestos em favor da luta dos Guarani-Kaiowá entre 2012/2013, em que internautas não-índios/indígenas se uniram em favor da causa desses povos.

A circulação da temática desse povo nas redes sociais foi motivada pela carta de genocídio, assinada pelos Guarani-Kaiowá e endereçada ao Governo e Justiça do Brasil, a qual provocou a produção de inúmeros discursos sobre esse povo que se desdobraram posteriormente em outras questões. A referida carta foi escrita depois da Justiça Federal de Navirai-MS, em 29/09/12, ordenar que esses índios desocupassem o antigo território onde eles habitavam. A partir da divulgação da carta na internet, alguns usuários das redes sociais começaram a adotar como sobrenome “Guarani-kaiowá”, a utilizar no twitter as hastags #SomosTodosGuaraniKaiowa e #SomosGuaraniKaiowa, além da criação de algumas páginas no *Facebook*, blogs e publicação de diversas reportagens e notícias sobre esse tema, informando a sociedade sobre o que estava acontecendo e exigindo alguma atitude.

A partir dessa carta, que envolve sentidos de terra como lugar sagrado do povo indígena e/ou como propriedade privada, buscamos analisar a resistência indígena à subordinação ao Estado e aos sentidos dominantes, e como ocorreram os momentos de des/contra/identificam dos não-indígenas com a temática indígena, a partir do enunciado “Somos todos Guarani-kaiowá”.

Uma vez que os pontos fulcrais deste trabalho estão relacionado às noções de sujeito, sentido, identificação e língua, utilizarei a Análise do discurso (AD) de linha pecheuxtena afim de responder nossos questionamentos.

2 SUJEITOS, SENTIDO(S) E RESISTÊNCIA

Como dito anteriormente, o lugar teórico de onde falo é a AD, tal como concebida por Michel Pêcheux, e desenvolvida no Brasil a partir de Eni Orlandi e outros teóricos. Ao propor uma nova maneira de leitura, Pêcheux propõe o discurso como

“efeitos de sentidos entre locutores” (PÊCHEUX, 1969 [2014]), materialidade em que há o encontro entre “a estrutura e o acontecimento” (PÊCHEUX, 1988). Portanto, as análises discursivas focam na não unicidade dos sentidos e por conseguinte dos sujeitos, uma vez que sujeito e sentido se constituem mutuamente. Com isso, a materialidade do discurso, a língua, não está desvinculada da sua exterioridade, as condições de produção e a ideologia.

Ao trazer sujeito e sentido para as reflexões sobre a linguagem, Pêcheux os articula através da ideologia, que produz a evidência do sujeito e do sentido. Tais evidências do sujeito e dos sentidos funcionam através dos esquecimentos que Pêcheux (1975 [2009]) propõe chamar esquecimento número 1 – que é a ilusão do sujeito de que ele é a origem do seu dizer - e esquecimento número 2 – que consiste na ilusão de que há uma relação direta entre pensamento/linguagem/mundo, e, dessa maneira, só podemos dizer algo com as palavras que utilizamos e não com outras diferentes. Já a ideologia não é associada à ocultação da realidade, já que é através dela que os indivíduos tornam-se sujeitos. Pela ideologia produzem-se sentidos, e há a ilusão de que os sentidos e os sujeitos são transparentes, porém eles têm sua materialidade e é função do analista de discurso mostrar que tanto os sentidos como os sujeitos não são unos. (Cf. ORLANDI, 2013, p. 35) Então, o sujeito da AD não percebe o seu assujeitamento, por pensar que é origem do seu dizer e que tem domínio/controle sobre este e o sentido que produz. Há, dessa maneira, uma relação entre o sujeito do inconsciente, de origem psicanalítica, e o sujeito ideológico, marxista, possibilitado pela língua, a materialidade do discurso.

Para a produção de sentidos é necessário inscrever o discurso em uma Formação Discursiva, se relacionando de três diferentes formas com um domínio de saber: Identificação, contra-identificação e desidentificação. (Pêcheux, 1975 [2009]). Essas formas de tomadas de posição foram tomadas, à princípio, como estanques, o que ocasionou algumas críticas, porém, em um exercício de autorreflexão, o próprio Pêcheux observou que estas formas dos sujeitos se (des)identificarem não ocorrem “perfeitamente”. Em *“Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês:*

*início de uma retificação*⁴, Pêcheux assume que algo não ia bem na articulação das três correntes teóricas em *Les Vérités de La Palice*, em que “se toca no impossível de uma “forma-sujeito” tomada na História como “processo sem Sujeito nem Fim(s)” (PÊCHEUX, 1978 [2009], p. 271).

A partir dessa impossibilidade de uma forma-sujeito homogênea que regularia todos os dizeres que poderiam fazer parte de uma FD, começa-se a trabalhar com a noção de várias posições-sujeito, visto que “levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les Vérités de La Palice*.” (PÊCHEUX, op cit, p. 276) Portanto, o que falhou foi o apagamento dos traços do inconsciente nas tomadas de posição do sujeito. Assim,

Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como *ritual* supõe reconhecer que não ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas, “uma palavra por outra” é a definição de metáfora, mas é também o ponto em que o ritual se estilhaça no lapso (e o mínimo que se pode dizer é que os exemplos são abundantes, seja na cerimônia religiosa, no processo jurídico, na lição pedagógica ou no discurso político...). (*Idem, ibidem*, p.278)

Essas falhas na interpelação são os espaços em que o sujeito pode resistir, o que é retomado no texto *Delimitações, Inversões, Deslocamentos*, e exemplificado por Pêcheux com os seguintes movimentos do sujeito:

não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases, tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (PÊCHEUX, 1982 [1990], p. 17)

As resistências, então, ocorrem na/pela língua, através das “quebras de rituais”, pelo “questionamento de uma ordem”, etc. (*op. cit.*) Portanto, nelas são necessárias duas coisas: “ousar se revoltar” e “ousar pensar por si mesmo” (PÊCHEUX, 1978 [2009], p.281) Assim, “a questão da resistência está, de um lado, vinculada à relação entre a forma-sujeito-histórica e a individuação pelo Estado; e, de outro, ao processo de identificação do sujeito individuado com a formação discursiva e sua vinculação ao interdiscurso” (ORLANDI, 2012, p. 230)

⁴ Este texto está presente na edição brasileira de *Les Vérités de La Palice*, intitulada de *Semântica e Discurso* (1975 [2009]), constituindo o Anexo III.

Dessa maneira, ao lançarmos nosso olhar sobre os discursos do genocídio Guarani-Kaiowá, observamos que os indígenas assumem uma posição de resistência ao questionar a forma-sujeito-histórica de direito promovida pela individuação do Estado, se vinculando a outra formação discursiva e outros saberes presentes no interdiscurso. A individuação do Estado consiste em tornar o indivíduo responsável por suas ações, com direitos e deveres e, a partir dessa individuação é que o sujeito vai se identificar com uma FD ou outra. (*idem*, p. 228) O Estado, no que se refere aos indígenas,

estabelece com o índio uma relação tal que não só as diferenças que se apagam: o próprio índio deixa de existir como índio. O modo como o Estado rege suas relações com a ciência, a religião e a política social, trabalha os sentidos dessas. A necessária relação com o Estado faz com que os discursos científico, religioso e político se apresentem sob a modalidade do discurso liberal: o que se funda na igualdade jurídica de direitos e deveres. No entanto, tratar o índio como igual é em si apagar a diferença que ele tem e que é o cerne de suas relações. A mera aplicação do discurso liberal já é um mecanismo de apagamento. Essa fala sustenta-se na relação de dominação do branco; é porque considera o índio como igual que pode desqualificá-lo, ou seja, esse discurso traz o índio para o interior das categorias de igualdade estabelecidas pelo branco, e pelas quais o índio passa a ser visto pelas qualidades que não são suas. (ORLANDI, 2008, p. 68).

Através da política de transformar todos os indivíduos em sujeitos do estado, com iguais direitos e deveres, o Estado apaga a identidade indígena, não observando as diferenças na constituição do sujeito-índio em favor do homem “branco”, porém é importante lembrar que a relação “branco” x índio/indígena é constitutiva da identidade desses povos, pois ela “se faz por um movimento (relação identidade/alteridade)” (*idem*, p. 191) e, além disso, ela se faz como um movimento na história. Isto é, tem historicidade, portanto o indígena/índio de hoje não é o mesmo de 1500, ano que marca a invasão dos Portugueses no Brasil. Invasão que remonta, como já dissemos, a uma história de apagamento da identidade de violência, seja pela catequização ou pela interdição de falar sua língua e praticar seus rituais. Porém, a identidade deles

não se constitui só pela relação com o branco, de forma absoluta. Ele se relaciona com outros índios. As relações são múltiplas. Há sempre um lugar em que essa identidade se refaz. [...] do contato entre o índio e o branco-, há um jogo de diferenças étnicas que se mantêm, ainda que nas suas origens essas diferenças estejam afetadas pela desigualdade entre dominante e dominado. (ORLANDI, 2008, p. 255)

Assim, por estar numa relação de dominados e por necessitar lutar por seus direitos é que os sujeitos-indígenas assumem uma posição (discursiva) de resistência, de

revolta, indo, muitas vezes, de encontro ao sistema político vigente e produzindo outros sentidos antes interditados, como observaremos nas análises seguintes.

3 UM OLHAR DISCURSIVO SOBRE A TEMÁTICA GUARANI-KAIOWÁ NAS REDES SOCIAIS

Voltando ao objeto discursivo, reitero que esses discursos sobre essa etnia indígena tomou visibilidade a partir da ordem da justiça brasileira que decretou a expulsão dos Guarani-Kaiowá do território onde eles habitavam há muito tempo, esse grupo indígena assumiu uma posição de resistência ao escrever uma carta que pedia o seu genocídio coletivo. A partir dessa carta, não-indígenas começaram a se identificar com essa temática e a produzir diferentes discursos nas redes sociais, demonstrando também diferentes posições-sujeito em torno do enunciado “Somos Todos Guarani-Kaiowá”.

A seguir apresento algumas sequências discursivas mais representativas dos discursos relativos ao genocídio, tais como a carta de genocídio e seus desmembramentos nas redes sociais.

SD1 - De fato, sabemos muito bem que no centro desse nosso território antigo estão enterrados vários os nossos avôs e avós, bisavôs e bisavós, ali estão o cemitérios de todos nossos antepassados. Cientes desse fato histórico, nós já vamos e queremos ser morto e enterrado junto aos nossos antepassados aqui mesmo onde estamos hoje, por isso, pedimos ao Governo e Justiça Federal para não decretar a ordem de despejo/expulsão, mas solicitamos para decretar a nossa morte coletiva e para enterrar nós todos aqui.

A SD1, excerto da carta de genocídio, é atravessada pelo pré-construído de que as terras devem ter dono, marcando, portanto, a repetibilidade do discurso de propriedade privada que começa a circular na FD indígena a partir da Constituição de 1988. Porém, nesta SD, a terra indígena é um lugar sagrado, que marca a identidade do povo e sua memória, pois é onde estão enterrados os antepassados desse povo, assim como é também a propriedade deles, por serem os primeiros habitantes. Acerca desses sentidos diferentes sobre o direito à Terra e o direito à Propriedade, Indursky (2008, p. 22) analisa que esses sentidos são construídos a partir do Art. 5 da Constituição. Em nosso *corpus*, esse discurso ressoa e (se)

significa de forma diferente, atestando a não-homogeneidade dos sentidos em um texto. Assim, segundo esse artigo, todos são iguais perante à lei, porém, para lutar por ser direitos, esses sujeitos se aproximam mais de um inciso deste artigo de que de outro. Para os índios, “a propriedade atenderá a sua função social” e, para os proprietários de terra, o direito à propriedade é garantido pela lei. Dessa maneira, observamos que uma mesma palavra pode “mudar de sentido segundo as posições determinadas por aqueles que as empregam”. [PÊCHEUX, 1975a(2007), p. 18] Ou seja, terra para os indígenas não significa da mesma forma que para os fazendeiros.

Ainda, em SD1, há a contradição de que os indígenas também se colocam na posição de sujeitos de direito, pedindo a intervenção do Estado “para não decretar a expulsão”, e sim “a nossa morte coletiva”. Assim, ao solicitar a morte coletiva inflige-se o direito à vida, garantido por este mesmo artigo da constituição. Estão, portanto, no discurso desse povo, confrontando-se duas FDs diferentes, a FD que chamaremos de FD de Direito, representada pelo Governo e Justiça, e a FD indígena, representada pelo povo Guarani-Kaiowá, em que ocorre uma desidentificação dos sujeitos-indígenas com o Governo e a Justiça brasileira, por serem, para eles, responsáveis por parte dos problemas dos indígenas, com a expulsão de seu território.

Nesses discursos, a carta de genocídio funciona como efeito fundador, pois a partir dela outros discursos começaram a circular nas redes sociais. De acordo com Orlandi, “O fundador busca a notoriedade e a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história para reorganizar os gestos de interpretação. (ORLANDI, 1993, p. 16). Aqui consideramos o efeito-fundador não como lugar de ruptura, conforme refere a autora, mas como algo que reorganiza os gestos de interpretação sobre a temática indígena. Efeito não no sentido de instaurar novos sentidos acerca do povo indígena, mas funcionando como um ponto de referência, um nó de partida na rede dos discursos sobre os indígenas, como poderá ser visto nas próximas análises.

SD2 -

Disponível em: <https://goo.gl/ZUudCR>

Na SD2, observamos, na escrita do cartaz, a consciência da heterogeneidade do povo brasileiro, pois se é “carioca, fulnio, guarani-kaiowá, muduruku...”, diferentemente do que diz o artigo 5 da constituição de que somos todos iguais. Dessa maneira, observamos que a constituição é uma maneira política de negar o político, no sentido que propõe a AD, isto é, os sentidos são sempre divididos e, por conseguinte, os sujeitos também. Porém, ao individualizar todos os sujeitos à condição de sujeitos de direito, o Estado apaga, assim, as diferenças nas constituições dos sentidos e dos sujeitos.

Ainda em SD2, a mulher que segura o cartaz com os dizeres “somos cariocas e Guarani-kaiowá, Kaiapo,..” se identifica com a luta indígena, caracterizando-se como uma. Porém, pela materialidade linguística do enunciado, pode-se perceber que ela não se identifica plenamente com o povo indígena pois, antes de elencar os povos indígenas, ela se declara carioca. O adjetivo carioca é separado dos outros adjetivos com o conetivo “e”. O uso desse conetivo pode revelar uma ordem, pois são apresentados os outros nomes dos povos como se fossem inferiores, necessitando

de uma separação entre os adjetivos, englobando as outras etnias indígenas após o termo “carioca”.

O *Facebook*, de onde foi retirado tal SD, é um espaço onde surgem diversas lutas políticas⁵, tais movimentações políticas podem passar do espaço virtual para o espaço empírico, atestando, conforme Grigoletto (2011), que no virtual há o entrelaçamento do empírico com o discursivo. Tal entrelaçamento dar-se-á através da discursivização. Dessa maneira, não foi diferente no caso dos indígenas, pois muitos usuários do *Facebook* adicionaram “Guarani-kaiowá” ao seu sobrenome⁶, e outros foram também as ruas, como mostramos na SD acima. Além dessa rede social, também observamos no *twitter* um funcionamento parecido. Apresento na seguinte SD, um exemplo.

SD3 - C.B. Todos os Estados e entidades poderiam promover manifestações p **pressionar transparência a respeito dos indígenas.**
#SomosTodosGuaraniKaiowá

Nesses discursos que utilizavam a **hashtag Somos Todos Gurani-Kaiowá**, **apareciam a seguinte contradição**: na utilização do verbo **somos**, declarando-se que “somos todos Guarani-Kaiowá”, em seus discursos, para se referirem aos indígenas, esses sujeitos utilizam a 3ª pessoa do singular, excluindo-se daquela etnia. Portanto, verificamos que, pelo efeito ideológico, produziu-se uma espécie de modismo, em que os sujeitos não-índios declaravam-se Guarani-Kaiowá, No entanto, ao produzirem seus discursos, esses sujeitos utilizaram outras pessoas verbais, que negavam a ideia do “nós”, não mais se incluindo como indígena. Os indígenas foram referidos como “eles”, como em “lutar e morrer com eles” e “respeito dos indígenas”.

⁵ Cito, como exemplo, o que aconteceu recente no *Facebook*, quando os seus usuários alteraram as fotos seus perfis, deixando-as estampadas com as cores da bandeira LGBT, como forma de protesto em pró dessa causa. Posteriormente outras discursividades sobre esses movimento surgiram, de forma muita rápida, como as demais lutas políticas virtuais.

⁶ Posteriormente o *Facebook* proibiu a utilização desse nome no perfil da rede social, justificando que seus usuários só podem utilizar nomes reais na rede. Através dessa interdição pode-se “desconfiar” da aparente liberdade em se dizer tudo na internet. (<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2013/01/facebook-impede-que-usuarios-mudem-nome-para-guarani-kaiowa.htm> acesso em 04/07/2015)

Esse funcionamento discursivo característico de lutas políticas nas redes sociais é cada vez mais comum, apresentando uma filiação à uma causa e não uma identificação “plena”, em que o sujeito do discurso estaria plenamente identificado com a forma-sujeito da FD. (Pêcheux, 1975, [2009]). Outros exemplos desses tipos de enunciado são “Somos todos Macacos”, “Somos todos Verônica”, “Je suis Charlie”, etc.

Observamos, portanto, que tal “fórmula” discursivas, “Somos todos Guarani-kaiowá”, gerou um grande número de identificação com a FD indígena em um curto espaço de tempo, enquanto o assunto também circulava na grande mídia. Ao se passar algum tempo, esses discursos sobre os Guarani-Kaiowá começaram a ser discursivizados junto a outros, também, de ordem indígena, porém grande parte foi novamente esquecido, assim como perfis que comentavam a situação desse povo deixaram de publicar notícias.

Em meio a tantos discursos, várias posições-sujeito foram observadas, seja na carta ou nos discursos de não-indígenas sobre ela, assim como desidentificações. Apresentaremos um dos exemplos significativos desses outros sentidos.

SD4 - Se eles tivessem se matado não seria má ideia, afinal, menos dinheiro enviado a esses vagabundos desses índios que ficam o dia todo enchendo a cara e vivendo com o dinheiro do governo, ainda por cima, se acham donos do país, lol. [...]. Depois faltam apenas os petistas, os bolsa-esmolistas, os funcionários públicos, os comunistas e os jornalistas da GRobo.

Na SD4, há uma desidentificação com a causa indígena, pois o sujeito está mais identificado com os saberes capitalistas e da colonização e não compreende a relação dos indígenas com a terra, chamando-os de chantagistas, possivelmente, por quererem chamar a atenção em troca de terra. Portanto, para ele seria melhor que eles se matassem, pois seriam menos pessoas dependendo do governo. Para ratificar sua opinião em relação aos indígenas, esse sujeito ainda traz para o seu discurso o discurso da ciência, “o darwinismo impera”, para, assim, colocar os índios em uma posição inferior aos brancos. E, dessa maneira, preconceituosa e

contraditória, iguala os índios a pessoas que recebem auxílio, funcionários públicos, comunistas, jornalistas da globo.

Trouxemos para essas análises algumas SDs que marcavam as regularidades sobre os discursos sobre o genocídio Guarani-kaiowá, a resistência indígena, des/contra/identificações e contradições, e com isso, os sentidos sobre o índio/indígena e a resistência ao Estado e à unicidade de sentidos.

A resistência emerge, então, nas falhas do ritual, mas a ideologia não cessa de operar e é por isso que a Pêcheux (2011, p. 114) interessa a “luta de deslocamento ideológica”, ou seja, essa possibilidade de pensar, a partir do funcionamento da ideologia, que ela é antes de tudo um local de “resistência múltipla” (*Idem*, p. 115). Um local no qual surge o imprevisível contínuo, porque cada ritual ideológico continuamente se depara com rejeições e atos falhos de todos os tipos, que interrompem a perpetuação das reproduções.

Assim, essa “falha no ritual” é o espaço em que os sujeitos índios ousam pensar por si mesmos e se revoltam contra as determinações sócio-ideológicas do sistema social vigente. Portanto, é no/pelo discurso, tomado como ponto de encontro entre o real da língua e o real da história, com a contradição que lhe é inerente, que podemos pensar o sujeito-índio enquanto sujeito de resistência, considerando sua constituição e atualização (ou o seu possível esfacelamento), nas condições ideológicas de “reprodução-transformação das relações de produção” (Pêcheux, 1975 [2009]).

4 UMA TENTATIVA DE PREENCHER LACUNAS OU ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A carta de Genocídio dos Guarani-Kaiowá funcionou como um efeito-fundador para novos discursos. A partir dela, outras discursividades instauraram-se e diferentes maneiras de identificação dos não-índios com os índios/indígenas. Observamos que, ao escrever a carta, os indígenas assumiram uma posição de resistência em relação à forma-sujeito capitalista e aos sentidos dominantes sobre o índio/indígena. Porém, em alguns momentos, esses mesmos sujeitos assumiram uma posição de sujeitos de direito, reivindicando o direito à propriedade privada.

A partir da divulgação da carta nas redes sociais é que surgiram os discursos que ora se identificavam com a temática, ora se contra-identificavam ou se desidentificavam. A partir dessas relações dessas des/contra/identificação, os sujeitos passam a ocupar outras posições-sujeitos nos discursos acerca da temática Guarani-kaiowá. Observamos, nesses discursos, alguns sentidos estereotipados sobre os tais sujeitos: os verdadeiros donos das terras do Brasil, verdadeiros brasileiros, mas, também, canibais, preguiçosos...

REFERÊNCIAS

GRIGOLETTO, E. O discurso dos ambientes virtuais de aprendizagem: entre a interação e a interlocução. In: GRIGOLETTO, E; DE NARDI, F. S.; SCHONS, C.R. (Orgs.) **Discursos em rede**: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: Ed. da UFPE, 2011.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E.A. (Orgs). **Práticas Discursivas e Identitárias**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

ORLANDI, E. Por uma teoria discursiva da resistência do sujeito. In: _____. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012, p. 213-234.

_____. **Análise de Discurso**: Princípios e procedimentos. 11ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

_____. **Terra à vista** - Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. 2ª Edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

_____. (org.) **Discurso fundador**. Campinas, SP: Pontes, 1993.

PÊCHEUX & FUCHS (1975). A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET & HAK (orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. (1969). Os fundamentos teóricos da análise automática do discurso de Michel Pêcheux. In: GADET & HAK (Orgs) **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 3 ed. Tradução: Eni P. Orlandi et al. Campinas: Pontes, 2002.

_____. (1975) **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 3ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

_____. (1982). Delimitações, inversões, deslocamentos. Trad. brasileira de José Horta Nunes. **Cad. Est. Ling.** , nº 19, Campinas, jul./dez, 1990, p. 7 - 24.

_____. A Semântica e o Corte Saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R.L. **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Paulo: Pedro & João Editores, 2007.

_____. Ideologia – Aprisionamento ou Campo Paradoxal? **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi- 2ª Ed., Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

<http://racismoambiental.net.br/2012/10/justica-brasileira-ordena-expulsao-de-indigenas-guarani-kaiowa/> acesso em 04/07/2015.